



CADERNO DE QUESTÕES

FARMACÊUTICO

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Ética do Servidor na Administração Pública	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“A dúvida é o princípio da sabedoria”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, **fabricada em material incolor e transparente** de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a saída do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio, no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.
13. **O candidato, após o término da Prova Objetiva, deverá entregar os títulos em sala específica determinada pela Coordenação do local em que estiver realizando prova.**

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: Insustentabilidade dos agrotóxicos

O Brasil é o campeão mundial no uso de agrotóxicos no cultivo de alimentos. Cerca de 20% dos pesticidas fabricados no mundo são despejados em nosso país. Um bilhão de litros ao ano: 5,2 litros por brasileiro! Ao recorde quantitativo soma-se o drama de autorizarmos o uso das substâncias mais perigosas, já proibidas na maior parte do mundo por causarem danos sociais, econômicos e ambientais.

Pesquisas científicas comprovam os impactos dessas substâncias nas vidas de trabalhadores rurais, consumidores e demais seres vivos, revelando como desencadeiam doenças como câncer, disfunções neurológicas e má-formação fetal, entre outras. [...]

O poder das transnacionais que produzem agrotóxicos (uma dúzia delas controla 90% do que é ofertado no mundo) permite que o setor garanta a autorização desses produtos danosos nos países menos desenvolvidos, mesmo já tendo sido proibidos em seus países de origem.

As pesquisas para a emissão de autorizações analisam somente os efeitos de cada pesticida isoladamente. Não há estudos que verifiquem a combinação desses venenos que se misturam no ambiente e em nossos organismos ao longo dos anos.

É insustentável a afirmação de que a produção de alimentos, baseada no uso de agrotóxicos, é mais barata. Ao contrário, os custos sociais e ambientais são incalculáveis. Somente em tratamentos de saúde há estimativas de que, para cada real gasto com a aquisição de pesticidas, o poder público desembolsa R\$1,28 para os cuidados médicos necessários. Essa conta todos nós pagamos sem perceber.

O modelo monocultor, baseado em grandes propriedades e utilização de agroquímicos, não resolveu nem irá resolver a questão da fome mundial (872 milhões de desnutridos, segundo a FAO).

Esse sistema se perpetua com a expansão das fronteiras de cultivo, já que ignora a importância da biodiversidade para o equilíbrio do solo e do clima, fazendo com que as áreas utilizadas se degradem ao longo do tempo. Ele cresce enquanto há novas áreas a serem incorporadas, aumentando a destruição ambiental e o êxodo rural.

Em um planeta finito, assolado por desequilíbrios crescentes, a terra fértil e saudável é cada vez mais preciosa para garantir a sobrevivência dos bilhões de seres humanos.

Infelizmente não há meio termo nesse setor. É impossível garantir a qualidade, a segurança e o volume da produção de alimentos dentro desse modelo degradante. Não há como incentivar o uso correto de pesticidas. Isso não é viável em um país tropical como o Brasil, em

que o calor faz roupas e equipamentos de segurança, necessários para as aplicações, virarem uma tortura para os trabalhadores.

Há que buscar solução na transição agroecológica, ou seja, na gradual e crescente mudança do sistema atual para um novo modelo baseado no cultivo orgânico, mantendo o equilíbrio do solo e a biodiversidade, e redistribuindo a terra em propriedades menores.

Isso facilita a rotatividade e o consórcio de culturas, o combate natural às pragas e o resgate das relações entre os seres humanos e a natureza, valorizando o clima e as espécies locais.

Existem muitas experiências bem-sucedidas em nosso país e em todo o mundo, que comprovam a viabilidade desse novo modelo. Até em assentamentos da reforma agrária há exemplos de como promover a qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. [...]

A outra opção é seguir nos iludindo com os falsos custos dos alimentos, envenenando nossa terra, reduzindo a biodiversidade, promovendo a concentração de renda, a socialização dos prejuízos e a criação de hospitais especializados no tratamento de câncer, como ocorre em Unai (MG), onde se multiplicam os casos dessa gravíssima doença, devido ao cultivo tóxico de feijão.

Frei Betto. Disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/33-insustentabilidade-dos-agrotoxicos>.

Acesso em 8/05/2015.

01. Entre os argumentos empregados pelo autor para fundamentar seu ponto de vista, pode-se incluir:
 - (A) os pesticidas são eficazes no combate às pragas
 - (B) o custo dos alimentos eleva-se pela socialização dos prejuízos
 - (C) a utilização de agrotóxicos deve valorizar o clima e as espécies locais
 - (D) as empresas que produzem agrotóxicos financiam contínuas pesquisas

02. De acordo com o texto de Frei Betto, pode-se afirmar corretamente que:
 - (A) a utilização de agrotóxicos está vinculada ao temor dos indivíduos de enfrentar a escassez total de alimentos
 - (B) os sintomas decorrentes de envenenamento por pesticidas se atenuam, bastando o indivíduo se mudar para a cidade
 - (C) o uso de insumos na agricultura está sob controle e a qualidade de vida da população vem sendo beneficiada por isso
 - (D) a sobrevivência da espécie humana e a preservação do planeta estão em risco iminente, urge substituir o modelo monocultor

03. “como ocorre em Unaí (MG), **onde** se multiplicam os casos dessa gravíssima doença” – último parágrafo. De acordo com as normas referentes à língua padrão escrita, há inadequação no emprego do pronome relativo destacado em:
- (A) Trata-se de situação inviável, **onde** a alternativa eficaz é substituir o modelo.
- (B) A fazenda-modelo, **onde** a experiência se realizou, tornou-se um centro de pesquisas.
- (C) Estava no fundo de um triste vale, **onde** a população reunida chorava a perda do ancião.
- (D) Também se usava herbicida no sítio de minha infância, **onde** aprendi a amar a natureza.
04. A palavra **pesticidas** é empregada várias vezes no texto: um radical presente nessa palavra tem o sentido de “matar”. Há erro na indicação do significado de:
- (A) **homicida** – pessoa que mata seu semelhante
- (B) **uxoricida** – marido que mata a esposa
- (C) **fratricida** – indivíduo que mata o frade
- (D) **regicida** – alguém que mata o rei
05. “O modelo monocultor [...] não resolveu **nem** ir resolver a questão da fome mundial” – 6º parágrafo. A conjunção em destaque estabelece entre as orações a relação lógica de:
- (A) adição
- (B) oposição
- (C) explicação
- (D) conclusão
06. Muitos agricultores _____ que venenos e adubos químicos _____ tudo. Por isso, uma parte deles _____ doses maiores que o recomendado e _____ épocas de colheita. Além disso, cada vez se torna mais frequente que _____ a enxada e os métodos tradicionais de cultivo.
- As lacunas dessa frase são preenchidas corretamente, tendo em vista a concordância, pelas seguintes formas verbais:
- (A) crêem – resolve – utiliza – desrespeita – se abandone
- (B) creem – resolvem – utiliza – desrespeita – se abandonem
- (C) creem – resolve – utilizam – desrespeitam – se abandone
- (D) crêem – resolvem – utilizam – desrespeitam – se abandonem
07. O acento gráfico torna-se necessário em razão da mesma regra de acentuação nas palavras agrupadas em:
- (A) câncer - saúde
- (B) consórcio - prejuízos
- (C) importância - equilíbrio
- (D) agrotóxicos - incalculáveis
08. O hífen é necessário em **má-formação** – 2º parágrafo e em **bem-sucedidas** – 12º parágrafo. Assim como nessas palavras, o uso do hífen está correto em:
- (A) extra-uterino
- (B) não-fumante
- (C) recém-nascido
- (D) contra-indicação
09. Considerando o contexto, a afirmativa correta acerca do uso de sinais de pontuação é:
- (A) “Essa conta todos nós pagamos sem perceber.” – 5º parágrafo. Não poderia haver vírgula após a palavra *conta*, pois não se deve separar sujeito e verbo.
- (B) “Ao recorde quantitativo soma-se o drama de autorizarmos...” – 1º parágrafo. Uma vírgula após a palavra *quantitativo*, realçaria o complemento verbal antecipado.
- (C) “Infelizmente não há meio termo nesse setor. É impossível garantir a qualidade...” – 9º parágrafo. Substituir o ponto final por dois-pontos prejudicaria a inteligibilidade do segmento subsequente.
- (D) “Há que buscar solução na transição agroecológica, ou seja, na gradual e crescente mudança...” – 10º parágrafo. Excluir as vírgulas não acarretaria erro gramatical nem alteração do significado da frase.
10. Na página 13 do Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, lê-se:
- A escolha das palavras e das estruturas determina, portanto, a expressão do pensamento e garante a inteligibilidade da mensagem. Assim, é inadmissível que a Redação Oficial apresente incorreções, coloquialismos, gírias, expressões regionais e “burocratês”, tipo de linguagem administrativa, constituída de formas arcaicas, inadequadas ao contexto contemporâneo.*
- Essa recomendação é observada na escrita da seguinte frase:
- (A) Há muitos anos atrás alguns países já averiguavam supostos prejuízos causados por agrotóxicos e que eles podiam lesar o planeta.
- (B) A necessidade emergente demanda por transparência e agir no nível de superestrutura e defesa do interesse da população, numa decisão preventiva.
- (C) Através de um abaixo assinado, rogou-se aos responsáveis supracitados repensar o uso de pesticidas e que considerassem com seriedade a agricultura orgânica.
- (D) Apesar da expansão da agricultura orgânica, a competitividade das unidades de produção ainda depende da geração de conhecimento e tecnologia em bases científicas.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Segundo o Código Penal Brasileiro, a conduta de acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem caracteriza crime de:
- (A) fraude processual
(B) autoacusação falsa
(C) favorecimento pessoal
(D) denúncia caluniosa
12. Segundo o Código Penal Brasileiro, a conduta de ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia caracteriza o seguinte crime:
- (A) oferta pública sem restos a pagar
(B) ordenação de despesa não autorizada
(C) oferta pública ou colocação de títulos no mercado
(D) autorização de despesas não empenhadas de títulos da dívida pública
13. Segundo o Código Penal Brasileiro, a pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional no seguinte crime:
- (A) tráfico de influência
(B) corrupção ativa
(C) prevaricação
(D) peculato
14. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que é vedado ao servidor público:
- (A) desviar servidor público para atendimento a interesse particular
(B) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
(C) informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência do Código de Ética
(D) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas
15. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que:
- (A) tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral
(B) tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano material e moral
(C) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução permitindo a formação de filas não caracteriza dano moral
(D) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução permitindo a formação de filas caracteriza mero aborrecimento

16. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), prevê expressamente que constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:
- (A) receber vantagem econômica para omitir ato ou declaração a que esteja obrigado
(B) usar, em proveito próprio ou alheio, bens, rendas, verbas ou valores públicos
(C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública
(D) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente
17. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública sujeito às seguintes cominações:
- (A) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão ou interrupção dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos
(B) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial real e proibição de contratar com o Poder Público, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica privada da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos
(C) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão ou interrupção dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos
(D) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos

18. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) prevê expressamente que:

- (A) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança
- (B) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o ressarcimento integral do dano
- (C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente excepcionalmente estará sujeito às cominações da lei até o limite da meação
- (D) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente, em razão da intranscendência das penas, não estará sujeito às cominações da lei

19. A Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93), prevê pena de detenção de 03 (três) a 5 (cinco) anos e multa para aquele que:

- (A) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem indevida de qualquer tipo
- (B) devassar o sigilo de proposta apresentada em regular procedimento licitatório, ou proporcionar a parente ou qualquer terceiro o ensejo de devassá-lo
- (C) dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade
- (D) obstar ou dificultar, injustamente, a inscrição de interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração de registro do inscrito

20. Segundo a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93), pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, dentre outras:

- (A) multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos
- (B) advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos
- (C) advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos
- (D) multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Para promover o uso racional de medicamentos, é preciso selecionar informações provenientes de conhecimentos sólidos e independentes e, por isso, confiáveis, requerendo avaliação crítica da literatura científica disponível para gerar evidência. Condutas terapêuticas baseadas em estudos de séries de casos e recomendação de especialistas possuem grau de recomendação:

- (A) D
- (B) C
- (C) B
- (D) A

22. A nova edição da Relação Nacional de Medicamentos (Rename), estabelecida em 2012 pelo Ministério da Saúde, trouxe novo elenco de produtos diferindo da edição de 2010, porque:

- (A) refletiu de forma inequívoca aspectos relacionados à evolução do SUS, pois os resultados alcançados foram fruto de negociações entre comissões gestoras bipartite
- (B) agrupou a Relação Nacional de Medicamentos com a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases) para atendimento da equidade da assistência à saúde no SUS
- (C) foi estruturada segundo a lógica do financiamento pelo SUS, agrupando o conjunto de medicamentos segundo cinco anexos diferentes, incluindo medicamentos de uso hospitalar
- (D) apresentava conjunto de medicamentos selecionados à luz do conceito de essencialidade da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-americana de Saúde (OPAS)

23. Muitos motivos têm contribuído para crescimento nos gastos com saúde no mundo inteiro, dentre eles, o aumento do preço de novos medicamentos. Segundo os critérios estabelecidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), a determinação de preços de novos medicamentos genéricos no mercado brasileiro deve ter:

- (A) custo de tratamento inferior às alternativas terapêuticas existentes
- (B) preço no mínimo 35% inferior ao preço do medicamento de referência
- (C) média de preços inferior à daqueles medicamentos já comercializados pela empresa
- (D) preço não superior ao menor preço entre nove países previamente selecionados

24. A concepção de uma lista modelo pela OMS foi publicada pela primeira vez em 1975, como parte de uma política focalizada nos países em desenvolvimento, fundamentando critérios para seleção de medicamentos. Uma estratégia estruturante para a promoção do uso racional de medicamentos (URM) é:

- (A) implementação de listas de medicamentos essenciais
- (B) informações científicas relevantes apoiadas em evidências
- (C) prescrição médica seguindo protocolos clínicos de associações médicas
- (D) restrição da venda de medicamentos antimicrobianos no mercado

25. A análise ABC, também conhecida como Gráfico de Pareto, Curva 80-20 ou Curva ABC, classifica os medicamentos de acordo com sua importância financeira, sendo ferramenta útil na gestão e programação de medicamentos. A classificação ABC deve obedecer prioritariamente ao critério segundo o qual:
- (A) a classe B deve conter maior número de itens e representar o menor montante dos gastos com medicamentos e a classe C deve conter o menor número de itens e corresponder ao comprometimento do maior montante financeiro
 - (B) a classe C deve conter menor número de itens e representar o maior montante dos gastos com medicamentos e a classe A deve conter o maior número de itens e corresponder ao comprometimento do menor montante financeiro
 - (C) a classe A deve conter maior número de itens e representar o menor montante dos gastos com medicamentos e a classe B deve conter o maior número de itens e corresponder ao comprometimento do menor montante financeiro
 - (D) a classe A deve conter menor número de itens e representar o maior montante dos gastos com medicamentos e a classe C deve conter o maior número de itens e corresponder ao comprometimento do menor montante financeiro
26. As diversas etapas das operações logísticas farmacêuticas visam garantir a disponibilidade regular de medicamentos para os usuários dos serviços de saúde. O Programa Aqui Tem Farmácia Popular do Ministério da Saúde, caracterizado pela contratação de farmácias privadas para dispensação aos usuários, é modelo logístico:
- (A) parcialmente terceirizado
 - (B) totalmente terceirizado
 - (C) totalmente público
 - (D) misto privado
27. Ao constatar uma situação prática de uso irracional de medicamentos, o farmacêutico informador, ao agir de própria iniciativa propondo medida de intervenção, realiza informação do tipo:
- (A) reativa
 - (B) proativa
 - (C) passiva
 - (D) comunicativa
28. O planejamento é ferramenta do processo de gerenciamento no contexto da assistência farmacêutica. Existem muitas técnicas de apoio ao planejamento, que normalmente se inicia pela:
- (A) identificação e priorização de problemas
 - (B) construção e definição de responsáveis
 - (C) discussão e elaboração dos objetivos
 - (D) identificação e análise de estratégias
29. A regulação sanitária visa, em última instância, proteger o consumidor final do risco de efeitos adversos provocados pelos medicamentos. O benefício potencial do uso de um medicamento depende de três condições básicas:
- (A) segurança, efetividade clínica do fármaco e qualidade do produto final
 - (B) segurança, racionalidade de uso do fármaco e efetividade clínica do produto
 - (C) eficácia, efetividade e eficiência do produto farmacêutico na indicação de uso
 - (D) eficácia, segurança do fármaco e qualidade do produto farmacêutico comercializado
30. A avaliação econômica em saúde é marcada pela relação custo/resultados entre diferentes alternativas de intervenção. Estudos farmacoeconômicos, cuja avaliação dos resultados é expressa em unidades monetárias, são do tipo:
- (A) custo-minimização
 - (B) custo-efetividade
 - (C) custo-benefício
 - (D) custo-utilidade
31. Existem muitos medicamentos de uso tópico empregados na oftalmologia, considerada área com forte especialização técnica. O anti-inflamatório não esteroideal utilizado em casos de miose durante cirurgia de catarata é o:
- (A) naproxeno
 - (B) cetoprofeno
 - (C) fenoprofeno
 - (D) flurbiprofeno
32. Os anestésicos inalatórios são fármacos administrados como gases. Um dos aspectos problemáticos desses medicamentos é a sua baixa margem de segurança, colocando-os entre os mais perigosos fármacos em uso clínico. O representante dessa classe usado em anestesia de pacientes ambulatoriais, por causa de seu perfil de recuperação, é:
- (A) halotano
 - (B) isoflurano
 - (C) sevoflurano
 - (D) perfluroctano
33. A hiperplasia prostática benigna produz obstrução uretral sintomática em uma percentagem significativa de homens idosos, resultando em jato urinário fraco. Isso é decorrente de uma combinação de pressão mecânica exercida sobre a uretra, devido ao aumento da massa muscular lisa e do tônus do músculo liso mediado pelos receptores alfa-1 na próstata e no colo da bexiga. Para a melhora do quadro, pode-se utilizar:
- (A) a ioimbina
 - (B) a clonidina
 - (C) a prazosina
 - (D) o propranolol

34. Os benzodiazepínicos são fármacos seguros, pois mesmo doses enormes são raramente fatais, a menos que outros depressores do sistema nervoso central estejam associados. Embora sejam considerados seguros, podem precipitar o aparecimento de efeito adverso em pacientes que possuam:
- (A) gastrite
 - (B) epilepsia
 - (C) dislipidemia
 - (D) doença pulmonar obstrutiva crônica
35. O tratamento com vários antipsicóticos comumente leva ao desenvolvimento de uma síndrome parkinsoniana progressiva. Esse efeito adverso se deve a ação destas substâncias nos gânglios da base, devido ao:
- (A) efeito agonista em receptores colinérgicos
 - (B) antagonismo de receptores dopaminérgicos
 - (C) antagonismo de receptores serotoninérgicos
 - (D) efeito agonista em receptores histaminérgicos
36. Os analgésicos de ação central são amplamente utilizados no nível hospitalar, principalmente para casos de dor moderada a severa. Dentre os analgésicos listados, o mais potente é:
- (A) o fentanil
 - (B) a morfina
 - (C) o tramadol
 - (D) a meperidina
37. Diuréticos são fármacos que atuam no rim, aumentando o volume e o grau do fluxo urinário. Um deles, a espironolactona é também empregada no tratamento da insuficiência cardíaca congestiva devido:
- (A) ao grande efeito diurético
 - (B) ao bloqueio dos canais de sódio
 - (C) à capacidade de diminuir o remodelamento cardíaco
 - (D) à característica de poupar potássio, melhorando assim a atividade cardíaca
38. Os anti-inflamatórios não esteroidais podem aumentar a frequência ou a gravidade da ulceração gastrointestinal quando combinados com:
- (A) ranitidina
 - (B) varfarina
 - (C) glibenclamida
 - (D) corticosteroides
39. Dentre os anti-hipertensivos, o que atua bloqueando os canais de cálcio do músculo liso vascular e do miocárdio é:
- (A) atenolol
 - (B) verapamil
 - (C) hidralazina
 - (D) dinitrato de isossorbida
40. Os antirretrovirais surgiram na década de 1980 e atuam no organismo impedindo a multiplicação do vírus. Dentre os vários agentes disponíveis, representa um fármaco inibidor nucleosídico da transcriptase reversa:
- (A) a zidovudina
 - (B) a nevirapina
 - (C) a enfuvirtida
 - (D) o efavirenz
41. O paciente diabético pode desenvolver várias complicações, como por exemplo neuropatia periférica, catarata, glomerulopatia diabética dentre outras. Fármaco utilizado para reduzir o desenvolvimento e a progressão da glomerulopatia diabética é:
- (A) hidroclorotiazida
 - (B) insulina NPH
 - (C) metformina
 - (D) enalapril
42. A implantação de um programa de farmácia clínica hospitalar possibilita maior segurança e qualidade de atenção ao paciente. Para tal, a necessidade de visão gerencial está categorizada como pré-requisito do tipo:
- (A) primário
 - (B) secundário
 - (C) terciário
 - (D) quaternário
43. Os serviços farmacêuticos clínicos hospitalares podem ser classificados em quatro tipos de complexidade crescente. Aqueles serviços em que ocorre fornecimento de informações por meio de contato direto com o paciente, como no aconselhamento de alta, são de classe:
- (A) I
 - (B) II
 - (C) III
 - (D) IV
44. Com atuação prevista legalmente em regulamentação por portaria federal, a farmácia tem participação reconhecidamente importante no controle das infecções hospitalares. Sobre a influência das atividades farmacêuticas no controle das infecções hospitalares, é correto afirmar que:
- (A) o fracionamento de medicamentos realizado pela equipe de enfermagem nas próprias unidades de internação reduz a ocorrência de infecções hospitalares
 - (B) o sistema de distribuição e dispensação de medicamentos praticado na instituição pouco interfere no controle das infecções hospitalares
 - (C) a atividade de aquisição dos medicamentos por pregão eletrônico possibilita maior rigor no controle das infecções hospitalares
 - (D) uma boa padronização de antimicrobianos e protocolos de utilização contribuem para a redução das infecções hospitalares

45. A premissa para um bom sistema de distribuição de medicamentos deve garantir a utilização do medicamento certo, pelo paciente certo, na hora certa. Considerando as características mais marcantes de cada um dos sistemas descritos na literatura, é correto afirmar que o sistema de distribuição de medicamentos:
- (A) coletivo é o mais econômico do ponto de vista operacional, requisitando menos recursos materiais e humanos
 - (B) individualizado é o que apresenta a melhor relação custo-benefício, pois necessita de poucos recursos para a sua implementação
 - (C) misto tem como vantagem o atendimento direto por meio de requisição enviada à farmácia, que minimiza os erros de medicação
 - (D) por dose unitária tem como desvantagem uma maior complexidade, dificultando implementação de sistemas de informatização
46. Qualquer evento evitável que pode, de fato ou potencialmente, levar ao uso inadequado do medicamento, independente do risco de lesar ou não o paciente, pode ser definido como:
- (A) reação adversa a medicamentos
 - (B) efeito farmacológico
 - (C) erro de medicação
 - (D) evento adverso
47. Fármacos de estreita margem terapêutica podem aumentar o risco de ocorrência de reações adversas, servindo de marcadores para monitorização rotineira, como a realização de ações de farmacovigilância. Um medicamento que pode ser assim classificado é:
- (A) morfina
 - (B) digoxina
 - (C) diazepam
 - (D) fluoxetina
48. Uma ferramenta para avaliar a repercussão da implantação de um programa de medicamentos essenciais envolve o emprego de indicadores. A disponibilidade de medicamentos-chave na farmácia refere-se ao grupo de indicadores sobre:
- (A) o serviço
 - (B) a prescrição
 - (C) a assistência
 - (D) a dispensação
49. O ponto de reposição ou ressuprimento é a quantidade existente no estoque que determina a emissão de um novo pedido de compra. Um item que tem consumo de 60 unidades por mês, com tempo de reposição de 3 meses e estoque mínimo definido para dois meses de consumo, possui seu ponto de reposição de:
- (A) 400 unidades
 - (B) 300 unidades
 - (C) 280 unidades
 - (D) 250 unidades
50. A tecnologia das salas limpas usadas para manipulação de produtos estéreis é baseada na filtração de ar nas salas através de filtros HEPA, possibilitando um baixo nível de partículas. No preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, a capela de fluxo laminar deve estar instalada em sala de manipulação classe USP:
- (A) 100
 - (B) 1.000
 - (C) 10.000
 - (D) 100.000
51. A heparina é compatível com algumas fórmulas para nutrição parenteral e foi por muito tempo adicionada comodamente às formulações para prevenir a formação de cepas de fibrina ou trombose na veia subclávia. Contudo, componentes da formulação podem inativá-la, dentre eles:
- (A) os oligoelementos
 - (B) os aminoácidos
 - (C) a vitamina C
 - (D) a glicose
52. A Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, regulamentou questões ligadas à assistência terapêutica integral previstas inicialmente na lei orgânica da saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo essa norma é vedada em todas as esferas de gestão do SUS:
- (A) a dispensação de medicamento nacional ou importado, sem as boas práticas de fabricação conferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
 - (B) a dispensação de medicamento nacional ou importado sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
 - (C) a cobrança de pagamento de medicamento de alto custo agregado, como oncológicos e produtos biológicos
 - (D) a dispensação de medicamento com uso autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

53. A Vigilância Sanitária Nacional, por intermédio do regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, normatiza elementos desde a fabricação até o comércio de produtos. Na falta de papel oficial, em situação de emergência, poderá ser aviada a receita de medicamentos à base de substâncias sob controle especial, desde de que conste:
- (A) o diagnóstico ou CID; a justificativa do caráter emergencial do atendimento; data; inscrição no Conselho Regional e carimbo do médico
 - (B) a justificativa do caráter emergencial do atendimento; o diagnóstico ou CID; data; assinatura do farmacêutico no verso da receita e carimbo do médico responsável
 - (C) o carimbo do médico responsável; a justificativa do caráter emergencial; o diagnóstico ou CID; assinatura do farmacêutico no verso da receita e identificação do paciente
 - (D) o diagnóstico ou CID; a justificativa do caráter emergencial do atendimento; data; inscrição no Conselho Regional e assinatura devidamente identificada
54. A talidomida é um medicamento presente em programas especiais do Sistema Único de Saúde que atualmente tem sua utilização indicada para tratamento da hanseníase e mieloma múltiplo. A notificação de receita especial de talidomida, tem validade, após a emissão, de:
- (A) 60 dias
 - (B) 30 dias
 - (C) 15 dias
 - (D) 10 dias
55. A Lei nº 5.991/73 dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Segundo essa lei, a dispensação de medicamentos é privativa de:
- (A) farmácia, drogaria, posto de medicamento, unidade volante e dispensário de medicamentos
 - (B) farmácia, drogaria, ervanaria, posto de medicamento e unidade volante
 - (C) farmácia, drogaria, *drugstore*, ervanaria e posto de medicamentos
 - (D) farmácia, drogaria, supermercado, ervanaria e *drugstore*
56. Atualmente, o financiamento da assistência farmacêutica é de competência das três esferas de atuação governamental, variando de acordo com seus componentes. As plantas medicinais para manipulação em farmácias do SUS, por exemplo, encontram-se presentes no Componente de Financiamento:
- (A) básico
 - (B) essencial
 - (C) estratégico
 - (D) especializado
57. A incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela:
- (A) comissão nacional de intergestores bipartite no SUS
 - (B) comissão nacional de intergestores tripartite no SUS
 - (C) comissão nacional de assistência farmacêutica no SUS
 - (D) comissão nacional de incorporação de tecnologias no SUS
58. Mudanças têm ocorrido no cenário do comércio, visando reordenar a função social das farmácias. Algumas foram instituídas especialmente pela Lei nº 13.021/2014, impondo ao farmacêutico novas atribuições no exercício de suas funções técnicas. Quanto a esse aspecto, a ação do farmacêutico dirigida ao estabelecimento de protocolos de vigilância farmacológica de medicamentos, visando assegurar o seu uso racionalizado, a sua segurança e a sua eficácia terapêutica, configura-se como:
- (A) dever
 - (B) direito
 - (C) obrigação
 - (D) contribuição
59. A Política Nacional de Medicamentos possui oito diretrizes, uma delas de Reorientação da Assistência Farmacêutica que relaciona prioridades a serem concretizadas. De acordo com essa diretriz, a maior prioridade do Ministério da Saúde é a:
- (A) descentralização plena do processo de aquisição e distribuição de medicamentos
 - (B) organização da política nacional de vigilância sanitária de medicamentos
 - (C) formulação de política de promoção do uso racional de medicamentos
 - (D) implementação da relação nacional de medicamentos essenciais
60. Segundo a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, um medicamento similar, com relação ao medicamento referência, deve apresentar o mesmo:
- (A) material de embalagem
 - (B) método de fabricação
 - (C) insumo farmacêutico
 - (D) princípio ativo